



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA 2			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0021/17	DATA: 15/02/2017	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 11h33min	TÉRMINO: 13h43min	PÁGINAS: 65
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Deliberação de requerimentos.			
OBSERVAÇÕES			
Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve manifestação no plenário. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções ininteligíveis. Não houve expressa concessão da palavra a alguns oradores.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos relativos à Fundação Nacional do Índio — FUNAI e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, nos termos que especifica a CPI da FUNAI e do INCRA.

Há sobre a mesa, nos termos do art. 117, requerimento de autoria do Deputado Nilto Tatto para a não realização da reunião.

Foi indeferido o requerimento em virtude de que não se trata de sessão, mas de reunião da Comissão. Além disso, o requerimento deve ser apresentado para a reunião seguinte, porque ela foi publicada na forma do Regimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Indeferido.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ao indeferimento não cabe contradita.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, queremos recorrer da sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, recorra à Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado Tatto, fale, apresente o recurso.

Eu quero recorrer da sua decisão aqui, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu quero apresentar o recurso e dizer que vamos encaminhá-lo para a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não cabe recurso na mesma sessão à deliberação da Mesa.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu quero registrar aqui que vamos encaminhar o recurso para a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode registrar.



Esta Presidência informa o recebimento de requerimento para inversão de pauta para tratar dos expedientes antes da leitura e aprovação da ata.

O requerimento tem fundamentação no art. 50, § 1º, combinado com o art. 83, parágrafo único, inciso II, letra “d” do Regimento Interno, que trata da inversão da ordem dos trabalhos para tratar do expediente antes da leitura e aprovação da ata.

Está inscrito para encaminhar a votação a favor o autor do requerimento e um Parlamentar contrário.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu estou pedindo para fazer a inversão da ordem dos trabalhos, porque, olhando a pauta, percebemos que alguns requerimentos foram escolhidos para esta sessão e sabemos que há vários outros requerimentos que não foram pautados.

Nós inclusive apresentamos cerca de 70 requerimentos. Ontem mesmo, em tempo hábil, nós entramos com uma solicitação para que fossem incluídos na pauta da reunião de hoje os Requerimentos nºs 10, 11, 12, 23, 24, 31, 36, 41, 42, 44, 57 e 61, que no nosso entendimento têm justificativa plausível para serem analisados no âmbito desta CPI — alguns deles tratam de quebra de sigilo de pessoas jurídicas com farta documentação e processos em andamento na Polícia Federal, mas não vêm a esta CPI para serem apreciados por seus componentes.

Eu peço a inversão de pauta para podermos discutir a inclusão desses requerimentos nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para dar seu parecer contrário, concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos uma pauta e vamos cumpri-la. Não vamos aprovar a inclusão de outro tema que não seja o da pauta. Por isso, nós somos contrários ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Orientação de bancada.
Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB orienta o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o Partido dos Trabalhadores?



O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O Partido dos Trabalhadores orienta o voto favorável ao requerimento, uma vez que, do ponto de vista do mérito da CPI, esses requerimentos têm mais premência e urgência do que os requerimentos que estão na pauta, na ordem exposta pela Presidência.

Portanto, a bancada do Partido dos Trabalhadores entende que os requerimentos apresentados pelo nobre Deputado Nilto Tatto têm preferência, importância e estratégia para ampliar e aprofundar o debate da CPI nesta Comissão.

Portanto, votamos “sim”, a favor da inversão de pauta dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O PSDB orienta o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o SD? *(Pausa.)*

Como vota o PTN? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC?

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - O PSC vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PSC vota “não”.

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*



Como vota o PRB?

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - O PRB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PRB vota “não”.

Em votação os requerimentos.

Os Srs. Deputados que concordam com a retirada de pauta permaneçam como estão. Os Srs. Deputados que discordam se manifestem. *(Pausa.)*

Rejeitado.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, por favor, peço a verificação da presente votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Verificação concedida.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O Partido dos Trabalhadores entra em obstrução.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Peço a verificação conjunta, Sr. Presidente.

Nós do PMDB votamos “não” e convocamos todos da bancada para vir votar. É importante concluirmos esses trabalhos da CPI da FUNAI e do INCRA. Queremos esclarecer o que está acontecendo. Não entendemos o porquê dessa obstrução para que não se dê conhecimento ao Brasil acerca dos recursos, de como são aplicados os recursos dessas entidades requeridas.

Lamentamos que Deputados desta Casa não queiram dar transparência, a qual pregam, quanto às ações do ISA, do CIMI e de outras entidades cuja quebra do sigilo bancário foi requerida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está aberta a votação. Foi concedida a verificação, e foi aberta a votação imediatamente.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É lamentável. Nós Deputados temos como principais funções legislar e fiscalizar os atos do Executivo, os recursos que estão sendo aplicados. Nós sabemos que recursos estão vindo. Agora nós queremos saber se esses recursos vão para os indígenas, para atendimento à saúde, à questão social e à cidadania dos indígenas.

Ontem mesmo recebemos visitas de indígenas em nosso gabinete, Sr. Presidente. Eles denunciaram que recursos — muitos recursos — que vêm de fora não chegam até eles.



A saúde é precária, não existe atendimento a eles. A FUNAI é ausente. Os postos da FUNAI estão sem funcionários, e por aí vai.

Então nós precisamos e queremos saber — o Brasil precisa saber — onde são aplicados esses recursos que vêm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O microfone do Deputado Colatto está muito baixo. Peço ajuda ao pessoal do som, por favor.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É que a plateia tem voz mais forte do que a nossa, Sr. Presidente. Eu gostaria que V.Exa. nos garantisse o silêncio, porque aqui é uma área de trabalho, não de piquenique.

Nós estamos trabalhando uma questão importante para o Brasil. O corredor está ali à disposição para quem não tem interesse, para quem quiser conversar. Aqui nós estamos trabalhando com muita responsabilidade. Precisamos que todos colaborem com o nosso trabalho.

Como eu dizia, Sr. Presidente, o Brasil realmente precisa saber dos recursos que estão vindo de vários lugares, principalmente do exterior, para essas entidades que brigam, por meio dos seus representantes Parlamentares, com unhas e dentes, para que não se desnude todo esse trabalho, para que o Banco Central não mande informações sobre esses recursos que vieram, para onde vão e quem são as pessoas responsáveis pela utilização deles.

Se aplicaram bem, nós vamos fazer um relatório louvando o trabalho dessas pessoas.

Com certeza nem os doadores desses recursos sabem exatamente como são aplicados esses recursos. E eu tenho certeza de que gostariam de saber disso, se há boa intenção desses países que mandam recursos para cá para serem aplicados em favor do indígena, do bem-estar, da cidadania e da saúde do indígena.

Se não estão sendo aplicados como deveriam ser, eles certamente deverão tomar providências, como nós aqui no Brasil também o faremos.

Nós temos aqui o respaldo da Polícia Federal, do Tribunal de Contas. O trabalho que estamos fazendo será bastante claro. Não há por que esconder esses dados, principalmente por se tratar de recursos. O Brasil realmente precisa conhecer isso.



Sr. Presidente, nós precisamos urgentemente apresentar uma proposta de Governo, de Estado, para a questão indígena. O Brasil precisa dizer o que quer e o que fazer com a política indígena brasileira, que hoje não está voltada para o bem-estar indígenas, está voltada para aproveitadores que usam os recursos e o indígena para seus interesses pessoais. Essa é a realidade.

É por isso que se esconde essa verdade e não se quer quebrar o sigilo dessas entidades que estão por trás disso. Não me venham dizer aqui que nós estamos trabalhando contra a igreja, etc.

Nós sabemos quem está por trás do Conselho Indigenista Missionário: as ONGs, dinheiro lá de fora, movimentos de pessoas que estão contratadas só para isso. Nós conhecemos muito bem o diretor que faz todo esse trabalho de bastidores e não aparece.

O Brasil precisa saber exatamente como está a questão indígena, para podermos fazer uma proposta. Essa proposta sairá desta Comissão, mostrará os problemas e as soluções legislativas, as soluções do Executivo dentro desse processo, para que possa ser elaborada uma política indigenista nacional, para que o índio realmente seja o grande beneficiado, não aqueles que usam a causa indígena ou o indígena para interesses pessoais ou até escusos através de ações por busca de terras, e terras, e terras. Esse, com certeza, não é o problema.

Há muita coisa e outros interesses por trás disso, e nós queremos a transparência nesse processo. Nós queremos resolver isso e pedimos aos colegas Deputados que nos ajude.

Se o problema não for resolvido, ficará a pergunta: por que Deputados não querem que tenhamos a clareza desses dados que nós estamos pedindo? Esses dados devem ser transparentes, públicos, do conhecimento de todos.

Eles vão ser levados ao conhecimento de todos. Se tudo estiver dentro daquilo que foi proposto, se os recursos vão realmente para defender a causa indígena, para ajudar os indígenas brasileiros, eu vou ser o primeiro a aplaudir esse gesto e até ajudar. Do contrário, fica a pergunta: por que nós não queremos quebrar o sigilo dessas entidades e saber exatamente para onde vão os recursos internacionais e nacionais que, como nós sabemos, são muitos?



Houve quebra de sigilo aprovada na reunião passada, já há alguns dados na CPI que realmente demonstram que são recursos vultosos. E nós queremos saber exatamente para onde vão outros recursos. Se são claros, transparentes, por que não mostrá-los ao Brasil, aos brasileiros?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, minha inscrição...

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, até que horas vai esta votação?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MARCON - Até que horas vai a votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não tem horário para terminar.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, a minha inscrição...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria só...

O SR. DEPUTADO MARCON - Não tem horário para terminar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não.

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MARCON - Mas alguém que está aqui pode ter compromisso assim como os que não estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quem tiver compromisso vai honrar o compromisso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quero fazer só uma questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCON - Até que horas vai a sessão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, eu queria me inscrever para fazer uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo?



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Art. 50.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Aguarde só um pouquinho, Deputada. Vou fazer a consulta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E o 117.

O SR. DEPUTADO MARCON - Até que horas vai a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Até as 8 horas da noite. Está bom para V.Exa.?

O SR. DEPUTADO MARCON - Não tem nada para fazer hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu tenho. O compromisso mais importante está aqui.

Deputada, qual é o parágrafo do art. 50?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Art. 50, inciso III. Trata sobre a questão de discussão e votação de requerimentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, encaminhe a questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, considerando a polêmica que nós tivemos na última reunião desta Comissão, e até no sentido de garantir a segurança jurídica para a conduta legislativa nas próximas reuniões desta Comissão, e não apenas desta, mas das demais, eu gostaria que V.Exa. nos apresentasse resposta a esses questionamentos.

Primeiramente, Sr. Presidente, é possível a discussão de requerimentos pautados — e, aí, deve-se interpretar com base no art. 50, inciso III, alínea “b”, que fala em discussão e votação de requerimentos, ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - De relatórios, Deputada, relatórios.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E requerimentos. Vou ler aqui para V.Exa., Sr. Presidente. Ou o art. 117, §1º, que diz que os requerimentos não sofrerão discussão ou votação. A pergunta é a seguinte: em sendo possível a discussão, quais as regras regimentais que serão aplicadas?

Qual foi a pergunta que V.Exa. fez, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não perguntei. É que V.Exa. falou em requerimento, e é relatório.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Exatamente, requerimentos e relatórios em geral; discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral. Ele fala de discussão e votação. O art. 117 fala que os requerimentos não sofrerão discussão ou votação.

Então, quero saber quais das duas disposições V.Exa. leva em consideração e quais as regras regimentais que poderão ser adotadas para tocar os nossos trabalhos de forma eficaz e coerente, Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Presidente, e a minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, inscreva o Deputado.

Estou cumprindo o art. 117, § 1º, que estabelece as regras para a discussão do requerimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, considerando o que diz o § 3º, na alínea III, eu queria saber qual a resposta de V.Exa. para este ponto em questão, porque ele fala de discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral. Quais regras serão adotadas nesse sentido, já que, quando se trata de Ordem do Dia, nós temos um estabelecimento claro tanto para discussão quanto para votação de requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O art. 117, no seu inciso, é cristalino, absolutamente claro, com relação a requerimento. Nós estamos levando em consideração que esta discussão é regimental e, portanto, indeferimos sua questão de ordem, porque estamos decidindo rigorosamente baseados no Regimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, o art. 50 é cristalino, também, quando fala da discussão e da votação de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não cabe discussão do indeferimento do requerimento na mesma reunião. V.Exa., por favor, caso não esteja satisfeita com a resposta, recorra à Comissão de Constituição e Justiça, por favor.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nós vamos recorrer, Sr. Presidente, ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, até para contrapor a fala do Deputado que falou anteriormente, eu queria dizer que talvez por má-fé se use muito o discurso dos recursos que vêm da cooperação internacional para essas entidades. E este é o argumento que se coloca muito do por que de quebra de sigilo de algumas organizações que estão aqui nesses três requerimentos na pauta de hoje.

Esses Deputados não querem entender que esses recursos da cooperação internacional são fruto de acordos internacionais. O próprio Governo brasileiro e governos de outros países fizeram esses acordos para ter apoio internacional para a cooperação de desenvolvimento aos países em processo de desenvolvimento.

Esses acordos ganharam força, principalmente pós-Segunda Guerra Mundial. O Brasil, por exemplo, pressionou muito para que os países desenvolvidos canalizassem recursos para os países em desenvolvimento.

Essa mesma discussão também ocorre nas negociações sobre mudanças climáticas. Todos sabem que os sete países mais ricos da Europa têm um compromisso, acordado na ONU, de colocar para a cooperação internacional 0,5% do seu PIB, anual, como cooperação internacional.

Talvez muitos aqui não saibam que 1% desses recursos da cooperação internacional vai apoiar a sociedade civil organizada. O restante vem, inclusive, na cooperação através de empresas ou de governos.

Então, o grosso da cooperação internacional, inclusive dos recursos que vêm de fora, vem para financiar outras atividades, às vezes, que vão no sentido de destruir inclusive o meio ambiente e populações nos países em desenvolvimento. Isso ninguém coloca, e é importante esclarecer.

Vale a pena então entendermos melhor, estudarmos um pouco mais como funciona a cooperação internacional.

Aliás, é muito importante também esclarecer que boa parte daquilo que temos como patrimônio, hoje, a sociedade civil organizada — e isto é importante, porque qualifica a nossa democracia —, só foi possível, inclusive no período da ditadura militar, porque houve o apoio da cooperação internacional para manter viva a sociedade civil organizada. Isso é um patrimônio da sociedade brasileira e nós devemos valorizar. Esse é um aspecto que nós precisamos entender.



Outra questão é que, quando se leem os requerimentos que estão aqui, e o Deputado proponente sabe muito bem disto, não se vê motivação séria para trazer aqui a quebra de sigilo, naquilo que é um papel da CPI.

Eu fico imaginando como esta Casa, ou esta CPI, vai ser vista lá fora, pela sociedade, ao quebrar o sigilo de uma entidade, ou de pessoas, de organizações que são reconhecidamente sérias pelo trabalho histórico que vêm fazendo em defesa dos povos indígenas, sendo que no requerimento não há nenhum embasamento que justifique esta CPI quebrar o sigilo. Como nós, enquanto membros da CPI, vamos ser avaliados lá fora? Como será avaliada esta CPI? Como o próprio Parlamento vai ser avaliado? Nós temos que fazer um trabalho sério aqui.

Por outro lado, nós encaminhamos para esta CPI outros requerimentos referentes a processos em andamento que a Polícia Federal está investigando, de gente que já está condenada, e que a Presidência desta CPI não pauta para nós discutirmos. Lá, sim, existem questões concretas, que cabe a esta CPI, aos membros desta CPI, como juízes, julgar, analisar, investigar.

Nós deveríamos obedecer a uma outra trajetória. Se não há motivação real que justifique a quebra de sigilo daquilo que está pautado hoje, nesses requerimentos, e se há Parlamentares que querem investigar essas instituições, o primeiro caminho seria chamar essas instituições, para virem aqui relatar o que elas estão fazendo com os recursos que estão recebendo, sejam eles da cooperação internacional, sejam eles de empresas, sejam eles de convênios públicos. Deveríamos pedir a elas as prestações de contas.

Essas organizações, inclusive, se eu não me engano, têm a obrigação de publicar seus relatórios de atividade, seus relatórios financeiros, que têm que ser submetidos à análise de auditores. Então, elas têm relatórios que são públicos. Vamos pedir a essas instituições que mandem os relatórios para cá; vamos analisá-los. E, com base na análise, o que esta CPI pode fazer? *“Eu desconfio disto aqui.”* Se desconfia, vamos lá fazer a diligência. Isso é papel desta CPI, é prerrogativa desta CPI.

Meus caros Parlamentares, o que eu quero colocar claramente é que os requerimentos que estão aqui nesta Casa são para uso político, neste momento. Sabemos que outras razões que estavam por trás desta CPI já não valem mais a



pena para os Deputados que puxaram esta CPI, porque já estão fazendo lá no Executivo, tanto no âmbito do INCRA como no da FUNAI... Portanto, estão usando esta CPI agora — e estes requerimentos são a prova disso — para poder criminalizar, intimidar as organizações que têm um histórico de defesa das populações indígenas, e nós, enquanto sociedade brasileira e enquanto Parlamentares, ainda não acertamos a conta com as populações indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Tanto é assim que hoje mais de 50% das terras indígenas estão sem demarcação, e o processo de reconhecimento de demarcação está totalmente paralisado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Há inscritos para falar. Eu vou passar a palavra pela ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Peço que me inscreva também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Paulão.

Por favor, estamos à sua disposição.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quero me inscrever também, Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Qual a ordem da inscrição, Sr. Presidente? Eu estou inscrito?

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Eu estou inscrito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim, Deputado João Daniel. V.Exa. é o próximo.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - E a sequência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estamos fazendo.

Por favor, Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu queria colocar em foco o requerimento de autoria do Deputado Nilto Tatto.



O Deputado Nilto Tatto apresentou um requerimento na hora devida, obedeceu à questão regimental e a Presidência desta CPI procrastina, adia. A CPI não pode agir com parcialidade, tem que obedecer ao Regimento Interno. É muito fácil ao Presidente Alceu Moreira, todo vez que é questionado por um Parlamentar, recorrer à CCJ, o que é uma visão mecânica, burocrática e atrasada. Esse modelo não contribui para a democracia.

O Deputado Nilto Tatto apresentou requerimentos, e alguns oradores que me antecederam — e, pelo que ouvimos, parece que estamos na Idade Média — disseram que querem transparência. Se querem transparência, coloquem em pauta os requerimentos que foram apresentados.

A prerrogativa da Oposição, o direito da Oposição foi acatado, recepcionado, pela Constituição Federal de 1988. O PT participou do Governo. Uma boa parte de V.Exas. foi oposição nesta Casa e verificava qual era o comportamento nesse processo.

Então, nós verificamos um atropelo contra algumas entidades que têm um histórico não só no plano nacional, mas também no plano internacional, como o CIMI. E verificamos oradores aqui questionando a relação internacional, colega Parlamentar e ex-Ministro Patrus Ananias.

Ora, o direito internacional entra em voga, como foi dito pelo Deputado Nilto Tatto, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, que foi o ápice da bestialidade humana, e foi necessário fazer um pacto internacional da importância dos intercâmbios. E a questão dos povos originários é um desses intercâmbios — a importância de ter parceria. A Amazônia, claro, é do Brasil, mas é um bioma que tem que ser discutido para o mundo. Inclusive o maior aquífero do mundo está aqui no Brasil.

Então, a visão é obtusa, atrasada, quando não se quer o questionamento.

O Deputado Nilto Tatto, de modo *stricto sensu*, apresentou requerimentos de relatórios inclusive da Polícia Federal, que já concluiu inquérito e aponta autores e causas. Esses processos tramitam, estão adormecidos, e esta Casa não quer apurar. Aí eu pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado, por favor.



O SR. DEPUTADO PAULÃO - Deputado, eu gostaria que o tratamento fosse isonômico. O primeiro orador falou por um tempo — não teve limite — muito maior do que o que estou tendo, mas eu vou concluir.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que o requerimento do Deputado Nilto Tatto fosse colocado em apreciação, porque aí, sim, discutiríamos transparência.

Na realidade, quando V.Exa., como Presidente, faz um processo de operação abafa, quando não quer discutir os requerimentos que foram apresentados... E a Polícia Federal já apontou grileiros, pessoas envolvidas em violência, e esta Casa não apura. Quer apurar o CIMI, que tem uma história bonita em defesa dos povos indígenas e é ligado inclusive à Igreja Católica.

É necessário que cada um deixe a sua digital acerca desse comportamento, dessa postura. Essa visão, retrógrada, atrasada, da maioria dos que compõem esta Comissão é uma visão da Idade Média.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou conceder a palavra ao Deputado João Daniel, antes, porém, quero fazer duas argumentações, para que não fique nada no vazio.

Primeiro, com relação aos requerimentos. Nós jamais negamos que os requerimentos solicitados por Parlamentares pudessem vir à pauta. Acontece que esta pauta apresentada nesta reunião depois do recesso não foi vencida, e, portanto, não há por que acrescentar outros fatores.

Segundo, quanto à argumentação de que não há fatos e provas, eles estão nos autos do processo. Não se poderia fazer um requerimento de quebra de sigilo sem a fundamentação profunda sobre o tema; pode não ser agradável a quem lê. Mas eles estão disponíveis na CPI, com toda a fundamentação para a quebra de sigilo.

Com a palavra o Deputado João Daniel.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, eu só queria contestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há contestação, a palavra está com o Deputado João Daniel.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Os requerimentos apresentados, inclusive na CPI anterior...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, nós já conversamos sobre isso. Esses requerimentos vinham... Nós aproveitamos os documentos...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Conversamos, mas eu quero dizer aqui que os requerimentos que nós apresentamos são anteriores aos requerimentos que estão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - ...e, portanto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não são anteriores.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - ...V.Exa. não quer pautá-los. E não quer pautá-los de propósito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem. Se são tão transparentes assim, não têm nada a ver com sigilo bancário. Deixe quebrar. Qual é o problema?

Com a palavra ao Deputado João Daniel.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Primeiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, eu queria parabenizar o Deputado Nilto Tatto pela iniciativa e dizer da importância de os requerimentos serem colocados em votação aqui. O Presidente tem o poder de pautá-los. Nós temos vários requerimentos, entre eles esse solicitado pelo Deputado Nilto Tatto, que deveriam ser colocados em pauta hoje — os Requerimentos nºs 10, 11, 12, 23, 24, 31, 36, 41, 42, 44, 57 e 61. Eu queria parabenizar e apoiar o Deputado Nilto, pelo bravo trabalho que tem feito em defesa da verdade.

Segundo ponto, Sr. Presidente. O nosso Líder do PCdoB, na sessão anterior, colocou uma questão importante, a qual nós apoiamos. Se nós queremos quebra de sigilos bancário e fiscal de movimentos, de entidades e de bispos, quebrems primeiro o nosso, democraticamente, de todos os membros da CPI, iniciando pelo Presidente e pelo Relator! Nós todos abriríamos os sigilos bancário e fiscal. E democratizemos o processo! Se aqui nós temos 30 Parlamentares, titulares e suplentes, cada Parlamentar apresentaria 4 nomes, e 100 pessoas ou entidades teriam os sigilos bancário, fiscal e telefônico abertos. Senão, se nós formos pela



maioria... Certamente a bancada ruralista vai mobilizar a maioria e vai colocá-la aqui para manter tudo como está.

Terceiro ponto. Eu queria me solidarizar, mais uma vez, com as três entidades que estão sendo perseguidas, entre elas o Conselho Indigenista Missionário, e com todos os missionários e missionárias do Brasil.

No último dia 12, completou 12 anos o assassinato de uma grande missionária que atuou no Brasil, a Irmã Dorothy Stang, uma guerreira brasileira. (Palmas.) Brasileira que veio dos Estados Unidos trazer ao Brasil a sua coragem e a sua firmeza...

(Não identificado) - Brasileira que veio dos Estados Unidos?

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sim, porque os povos do mundo inteiro não têm local. Eles têm o direito de viver em todos os cantos.

No Brasil, muitos missionários, homens e mulheres, são mais brasileiros do que muitos brasileiros que são entreguistas deste País há muitos anos. Portanto, não há brasileira maior do que a Irmã Dorothy. Esta, sim, foi a brasileira dos povos da Amazônia, dos sem-terra, dos assentados. Infelizmente, a grilagem de terra, a mesma que financia parte deste Congresso, coloca hoje esta CPI para funcionar. Esta CPI não tem nenhum objetivo a não ser denegrir, humilhar lideranças e entidades sérias no Brasil. Esse é o único objetivo.

Então, quero me solidarizar com todos os missionários e missionárias, pelos que perderam a vida, como a Irmã Dorothy, cujo assassinato completou 12 anos esta semana. O mundo inteiro conheceu a sua história. Esse mesmo mundo que viu essa história está acompanhando esta CPI.

Quero me solidarizar também com a Associação Brasileira de Antropologia e com o Instituto Socioambiental — ISA, em nome de todos os que lutam e defendem os povos indígenas.

Sr. Presidente, esses três requerimentos que estão colocados em pauta — e não o requerimento do Deputado Nilto Tatto — têm como único objetivo criminalizar e denunciar bispos, padres, missionários, lideranças, entidades, organizações que lutam no Brasil. Vão denunciar, fazer linchamento, vão ter o apoio da grande mídia. A grande mídia conservadora, como parte do que há de mais golpista neste País, vai fazer o trabalho sujo de desmoralizar. Depois da desmoralização, depois da atuação



da Polícia Federal, depois de todo tipo de denúncia falsa, aí vão dar o direito à defesa, depois de linchados, humilhados. É do conhecimento nosso a história das CPIs que tiveram como objetivo fazer esse trabalho sujo. Um dos requerimentos que não querem que seja lido aqui envolve denúncias de amigos do Relator desta Comissão.

Nós queremos pedir que seja votado, por exemplo, o Requerimento nº 10, que pede a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Natal Aparecido Deliberalli. Esse tem denúncias que têm a ver com esta CPI, com compra de lotes em assentamento, com participação em grilagem de terra. Por que esse requerimento não é votado? Se esse requerimento não é votado, porque o Presidente e o Relator não o colocam em votação, esta CPI deixa claro que ela está querendo apoiar a grilagem de terra e denunciar os que defendem a luta contra a grilagem de terra no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Esse é um dos requerimentos.

A Polícia Federal realizou, no dia 27 de novembro de 2014, no Mato Grosso, uma operação chamada Terra Prometida, que investigou a existência de uma organização criminosa e flagrou a compra de lotes em área de reforma agrária, num assentamento em Itanhangá, no Município de Tapurah. Foram cumpridos 52 mandados de prisão preventiva, 146 mandados de busca e apreensão, 29 medidas proibitivas nos Municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Nova Mutum, Diamantino, Lucas do Rio Verde, enfim, em uma série de outros Municípios.

Então, esse é o papel da CPI. Vamos apurar se o Sr. Natal Aparecido tem a ver com grilagem e compra de terra no Mato Grosso. O Relator desta Comissão e o Presidente têm a obrigação de colocar em votação este requerimento e de dizer se querem ou não que esta CPI siga o seu objetivo, que é apurar irregularidades no INCRA e na FUNAI.

O Requerimento nº 23, Sr. Presidente, por que não é colocado em votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado, por favor, em respeito aos colegas que também estão inscritos.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Vou concluir, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO MARCON - Não fique irritado, Presidente! Acalme-se!

Dê uma água gelada ao Presidente!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Eu vou concluir, Sr. Presidente.

Quero apenas mencionar o Requerimento nº 23, de 2016. Esse requerimento faz uma grave acusação contra a FAMASUL. Eu conheço a FAMASUL. Conheço a FAMASUL e conheço a ACRISSUL. Eu não sei se é verdade, mas há uma denúncia. Nessa denúncia há inclusive uma acusação de que ela fez um leilão chamado Leilão da Resistência, que foi proibido de ser realizado pela Justiça Federal, pela Juíza Janete Lima Miguel. O leilão ocorreu e nós queremos saber, porque a denúncia é muito grave...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, conclua, por favor, em respeito aos seus colegas. Deputados do seu próprio partido estão inscritos.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Vou concluir, Sr. Presidente.

A denúncia é muito grave e diz que a FAMASUL contratou milícia privada para assassinar índios no Mato Grosso do Sul.

Então, Sr. Presidente, por que esses requerimentos não são colocados em votação? E aqui eu poderia ler mais 10, 12 requerimentos.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria colocar. Em homenagem à Irmã Dorothy e a todos os que deram a vida, esta CPI não pode fazer a vergonha de humilhar aqueles que lutam e de estar a serviço da grilagem de terra neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, infelizmente, o debate nesta CPI vai continuar sendo o debate do “nós” e “eles”, o que é um equívoco enorme.

O Brasil precisa, sim, ser passado a limpo, tem essa necessidade, e está sendo passado a limpo em todos os setores.

Eu não tenho dúvida nenhuma dos bons serviços prestados por todas essas entidades. Todas! Mas há também dúvidas e denúncias pesadas contra todas essas entidades. É uma questão de interpretação, Ministro Patrus Ananias.



Alguns acreditam que essas entidades que recebem recursos internacionais para proteger certo segmento — e fazem isto na maioria das vezes, mas não sempre — também usam esse recurso para motivar, incitar invasão. Alguns acham que isso é normal, incitar invasão, porque acham que é direito dessas pessoas invadir a área que, por interpretação de cada entidade ou de cada um que motiva isso, é terra originária desse segmento. É uma questão de interpretação.

Aqui cada um discute a sua razão. A verdade tem que vir exatamente nessas provas, no que chega até aqui. Fala-se em grilagem de terra. Invadir terra de proprietário que tem escritura, que paga imposto, que paga tudo é o quê? Invadir terra dos outros não é também uma forma de grilagem? É uma interpretação.

Eu não sou o dono da verdade, mas estou vendo uma insistência irônica sobre Mato Grosso. Podem apresentar esse requerimento, e vamos votá-lo. Aliás, nós estamos investigando isso há muito tempo. Se V.Exas. buscarem dados nos Anais da Casa, verificarão que eu já fiz uma audiência na Assembleia Legislativa de Mato Grosso sobre a Terra Prometida. No dia da audiência pública, inclusive, foi presa uma das pessoas que estavam no plenário. A Polícia Federal entrou para prender um Vereador que participava da audiência pública.

Não há nenhum problema. Eu jamais aceitaria ser Relator de um tema como este se tivesse qualquer ligação com qualquer problema dessa ordem. Zero! Eu não tenho dificuldade em quebrar nada. Mas o que não se pode fazer é negar a quebra do que está aqui usando como escudo aquilo que tem que entrar.

Eu perguntei ao Presidente: *“Por que não está na nossa pauta?”* Ele disse: *“Porque nós não vencemos ainda a pauta que está aqui há 20 dias”*. Nós votamos um item da pauta na semana passada, vamos votar os outros três, e depois vão entrar os outros. Todos podem entrar, não há nenhum problema. Ao contrário, vamos quebrar tudo o que é de direito.

Mas eu quero aqui, Sr. Presidente, fazer uma proposta à bancada da Oposição, que se diz defensora... Eu vou fazer um gesto. Já consultei os outros autores dos requerimentos — Deputado Valdir Colatto, Deputado Luis Carlos Heinze e Deputada Tereza Cristina. Mas é necessário também que haja um gesto de V.Exas. Ninguém pode ser absolutista aqui.



Nós temos três pedidos de quebra de sigilo. A minha proposta é: nós encaminhamos para votação pelo menos dois desses três, eu faço a retirada de pauta hoje, em conjunto com os outros três autores de requerimento, da quebra de sigilo do CIMI, e nós vamos sentar — como foi pedido, junto com V.Exas., como um gesto de ouvi-los — com a CNBB. Não há nenhum problema. Eu sou católico e respeito a Igreja Católica, mas uma coisa é o meu respeito e a minha situação religiosa, outra coisa é a minha função de Parlamentar. Temos denúncias de que o CIMI recebeu recursos para incitar invasão. Não há nenhum problema em dialogar. Isso não é prova cabal, isso é investigação.

Fui investigado por 1 ano porque diziam que eu era grileiro de terra. Foi arquivado o processo 1 ano depois. Eu fiquei quietinho. Eu nem me defendi aqui enquanto V.Exas. me acusavam. Nunca.

Todos nós temos que ser investigados quando há denúncia. A minha proposta é: eu faço a retirada de pauta e vamos votar os outros requerimentos. Se conseguirmos votar um, ótimo!

Mas essa demonstração da nossa bancada tem exatamente a intenção de dizer que vamos ouvir, sim, o outro lado, nesse caso específico, que envolve outras partes. Agora, o que nós temos na CPI são provas robustas.

Então, a decisão está nas mãos de V.Exas., dessa bancada que se diz protetora dessas minorias. Se vocês apoiarem, nós lhes estaremos sugerindo essa proposta.

Sr. Presidente, eu fiz uma proposta. Não sei se V.Exa. irá abrir o painel primeiro e depois ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrada a votação. Proclama-se o resultado.

Enquanto se proclama o resultado... O Deputado Nilson Leitão fez uma proposta, e, se alguém quiser se pronunciar a respeito dela, por favor.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Resultado: “sim”, zero; “não”, 16.

Está rejeitado o requerimento.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, o Deputado Nilson Leitão diz que há interesse em que se apure tudo. Ele argumenta que há problemas, que não são do nosso conhecimento aqui porque não estão no requerimento, de algumas dessas instituições, cujos requerimentos estão aqui. Nós argumentamos, porque há processos já em andamento, e eu queria avançar nessa proposta, até para facilitar e podermos agilizar esta reunião.

Nós já colocamos os nossos requerimentos nesta mesa, extrapauta, com as assinaturas. Eu proponho, então, que, de repente, nós aprovemos todos em bloco — todos —: os três que estão aí e mais os requerimentos que nós estamos propondo e reclamando que não estão pautados. Então, não há como fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há quebra de sigilo em bloco, Deputado. Não faremos isso, não. E o extrapauta tem de ser solicitado um por um, não pode ser em bloco. É antirregimental.

Portanto, a proposta do Deputado Nilson Leitão é clara, e cabe à bancada de oposição aceitá-la ou não.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu pediria...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, votemos um a um, Deputado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deixe-me dialogar com a proposta do Deputado Nilson Leitão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas eu não vou ficar ouvindo o diálogo como forma de obstrução. Eu vou ouvi-los educadamente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não é como forma de obstrução, é para dialogar com a proposta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, poderia ser alternadamente a votação de um a um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputada, o Deputado Glauber Braga está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria me inscrever. V.Exa. pode me conceder a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, o Deputado Glauber está com a palavra.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Aliás, estou pedindo a V.Exa. desde o início desta sessão, e V.Exa. não me concede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora não me pediu e não está inscrita.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Faz todo um critério para me dar a palavra, inclusive. Eu queria pedir a V.Exa. para me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Glauber está com a palavra. Deputado Glauber...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, primeiro, eu quero dizer o seguinte...

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, inscreva-me, porque eu quero falar também. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não estamos em período de discussão. Estamos discutindo exclusivamente, um por bancada, que vou permitir para discutir a proposta do Deputado Nilson Leitão. Que se conclua a discussão rapidamente, e nós vamos para a ata.

O SR. DEPUTADO MARCON - Então, inscreva-me, porque eu quero falar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A sua bancada já se pronunciou.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer o seguinte: a proposta do Deputado Nilto Tatto é a de que os outros requerimentos sejam aprovados, mesmo que não seja em bloco, porque a interpretação da Mesa é a de que isso ultrapassaria o Regimento. Mas eles podem ser votados um atrás do outro, sem obstrução. Não feriria o Regimento, a proposta do Deputado Nilto Tatto prevaleceria, porque todos os outros requerimentos seriam aprovados.

A Mesa, Deputado Nilson, diz que não pode aprovar os requerimentos em bloco, mas, em não podendo aprová-los em bloco, pode-se aprovar um requerimento atrás do outro. Todos eles podem ser aprovados sem a obstrução dos outros Parlamentares. E os requerimentos seriam todos aprovados no dia de hoje. A primeira possibilidade é essa.



A segunda possibilidade é a seguinte: o Deputado Nilson disse que acha mais prudente a retirada desse requerimento hoje. Não é isso, Deputado Nilson?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não, eu fiz uma proposta. Conforme o pedido do próprio Deputado Nilto Tatto, que alegou a questão do CIMI, de que é preciso sentar com a CNBB, estou dizendo que topo isso, aceito isso.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Então, é sobre isso que estou dialogando com o senhor. Estou dizendo que, se V.Exa. fez essa reflexão, é porque como Relator considerou, imagino eu, que seria mais prudente que esse requerimento não fosse votado hoje, para que houvesse uma melhor apuração para que ele viesse a ser pautado futuramente.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não, nem é apuração. Eu fui convidado para sentar com o setor, esse setor exclusivo.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Então, um encontro prévio à colocação do requerimento em pauta. E nós só temos três requerimentos na pauta, não é isso?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Isso.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Nós temos três requerimentos. Então, o que poderia acontecer seria o seguinte: V.Exa., como autor do requerimento, e o Presidente têm o poder de ofício de retirar o requerimento da pauta. Não há nem a necessidade do consentimento dos demais Parlamentares para que isso seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas, há uma condicionante apresentada, Deputado. Há uma condicionante.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Mas, qual foi a condicionante apresentada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A condicionante é a de que votássemos os outros dois.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Olha, os outros requerimentos podem ser votados pelos senhores, independentemente de os outros Parlamentares votarem contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, o senhor não é ingênuo e sabe que tem aqui uma forma de fazer obstrução.



O Deputado Nilson está propondo não fazer obstrução, para votar os outros dois: retira-se o CIMI, com a condição de votar os outros dois. Se aceitam, sim. Se não aceitam, não aceitam.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Primeiro, quero dizer o seguinte: a prerrogativa de retirada de requerimento é do autor da matéria, e a Mesa e o Presidente podem fazê-lo da mesma forma. Foi apresentada uma proposta alternativa pelo Deputado Nilto Tatto.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever também.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu também gostaria de ouvir da Mesa, especificamente do Presidente, se existe a sensibilidade para votar as outras matérias e os outros requerimentos de acordo com o que foi apresentado. Esta é a pergunta, Presidente: se existe a possibilidade, a partir do entendimento da Mesa, da votação de outros requerimentos, alternadamente. É possível? Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, tal como sua expressão anterior referindo-se ao fato de que, se a Mesa quiser, pode fazer na forma do Regimento, esses também — os extrapauta — obrigatoriamente serão submetidos a voto — a voto! —, por maioria.

O acordo proposto pelo Deputado Nilson Leitão é tão só e exclusivamente sobre a pauta em discussão. Retira-se a votação do CIMI hoje e se vota a quebra do sigilo dos dois outros órgãos que estão em pauta.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - E V.Exas. aceitam não obstruir os outros requerimentos? Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os outros requerimentos não estarão em pauta, só se o Plenário votar, por maioria, pela inclusão, um por um.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - E existe a possibilidade da não obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Essa é uma discussão que V.Exas. terão que fazer. Não é a Presidência que faz acordos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Então, a discussão está aberta.



O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Presidente, há uma sugestão do Deputado Nilto Tatto, que nós temos que levar em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, eu...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Eu sei! É só para tentarmos organizar esse aspecto do trabalho.

Então, existe a proposta, e, quando V.Exas. fizeram a proposta, havia uma contrapartida. Entendeu? Então, ele também está fazendo uma proposta e querendo ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, eu tenho a maior boa vontade, mas a Deputada Eliziane Gama já se sente injustiçada porque não lhe concedo a palavra. Eu gostaria de ouvi-la, por favor.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito bem, Presidente! Muito obrigada.

Presidente, sobre a proposta do Relator, eu acho que está muito claro aqui que tirar o CIMI vai manter o ISA à ABA. Então, o mais adequado, Deputado Nilson, seria essa alternativa de negociarmos, mesmo que não fossem todos os 14 requerimentos. Nós até poderíamos entrar em acordo de uma quantidade menor que os 14 requerimentos, que estão também na fila para entrar na pauta. E nós faríamos isso alternadamente. É o razoável, porque aqui não se está tendo... Qual é a compensação? Não há! Entendeu? E nós vamos continuar com a mesma injustiça que nós compreendemos: a quebra do sigilo do ISA e da ABA! Então, pessoalmente, não acho que seria razoável. O razoável seria a flexibilização, para que o Presidente possa também colocar na Ordem do Dia, senão todos os 14 requerimentos, Sr. Presidente, Sr. Relator, pelo menos uma parte, para que nós pudéssemos entrar em consenso e fazer essa organização, votando alternadamente.

Nós já votamos um, que foi apresentado por V.Exa. Então, nós iríamos para mais um outro, que está no critério dos 14.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputada. Olhe só: não havendo acordo de um dos membros, já é o suficiente. Encerra-se a discussão sobre esse tema, em virtude de não haver acordo em relação à proposta do Deputado Nilson Leitão. Essa é uma proposta feita por acordo, o acordo não existe, porque teria de ser unânime.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, vamos ouvir os outros Parlamentares. Outros Parlamentares podem ter uma posição diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. Não ouviremos para extrapauta. Se um só Deputado não concordar, já não houve acordo.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não houve concordância, houve uma contra-argumentação, e ainda sem posição de mérito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, a contraproposta não tem acordo.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Vamos ouvir os outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Informo aos Srs. Parlamentares que, para este tema, não haverá mais discussão.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, o Deputado Nilson Leitão ia comentar sobre a contraproposta, que é um caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para este tema, não haverá mais discussão, porque não houve acordo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB concorda com a proposta do Deputado Nilson Leitão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 5ª reunião.

Sendo assim, indago sobre a necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Solicito a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está dispensada a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, calma! Calma!

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, não, Presidente. Leitura da ata. Sr. Presidente, queremos a leitura da ata! A leitura da ata, Presidente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, primeiro, eu quero inclusive ter oportunidade, porque eu fiz manifestações na última reunião aqui que não constam da ata. A última reunião aqui ficou focada...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, sobre a ata não cabe esse tipo de discussão. Nós vamos fazer a leitura da ata! Vamos fazer a leitura. Foi solicitada a leitura da ata...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Depois, pode-se discutir a ata! É regimental! Discutir e pedir correções, pode, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Só para pedir correções. Só para pedir correções.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Só para pedir correções, exatamente. Mas são correções mesmo.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, como é que ficou o ponto anterior?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A ata será lida.

O SR. DEPUTADO MARCON - O senhor ouviu os outros partidos sobre como ficou o ponto anterior? O senhor disse que ouvia só um membro de cada bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, para fazer a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, como ficou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não houve acordo. Para haver acordo, tem que haver unanimidade. Manifestação de desacordo por um ou dois membros é o suficiente para não continuar. Isso é extrapauta, e não há a obrigação de ouvir todos.

Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente:

55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 5ª Reunião Ordinária

Realizada em 8 de fevereiro de 2017

Às 11h09min, do dia 8 de fevereiro de 2017, no Plenário 11, do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos termos que especifica (CPI - FUNAI e



INCRA 2), criada pelo Ato da Presidência, de 30 de outubro de 2016 (Requerimento de Instituição de CPI nº 26, dos Deputados Nilson Leitão, Alceu Moreira, Valdir Colatto, Tereza Cristina, Osmar Serraglio e outros). Compareceram os(as) Senhores(as) Deputados(as) Alceu Moreira — Presidente; Luis Carlos Heinze, Mandetta e Nelson Marquezelli — Vice-Presidentes; Nilson Leitão — Relator; César Halum, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Irajá Abreu, João Carlos Bacelar, Marcos Montes, Moisés Diniz, Nilto Tatto, Osmar Serraglio, Patrus Ananias, Paulão, Sergio Souza, Tereza Cristina, Valdir Colatto e Zé Silva — Titulares; Abel Mesquita Jr., Carlos Marun, Eliziane Gama, Elmar Nascimento, Erika Kokay, Evandro Roman, João Daniel, Josué Bengtson, Lindomar Garçon, Marcon, Mauro Pereira, Newton Cardoso Jr, Paulo Foletto, Pr. Marco Feliciano, Toninho Pinheiro e Valmir Assunção — Suplentes. Compareceram também os Deputados Edmilson Rodrigues, Evair Vieira de Melo, Glauber Braga, João Rodrigues, Pastor Eurico, Professor Victório Galli, Raimundo Gomes de Matos e Weliton Prado, como não membros. Deixaram de comparecer os Deputados Adilton Sachetti, Arnaldo Jordy, Assis do Couto, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo Bolsonaro, Expedito Netto, Jair Bolsonaro, Janete Capiberibe, Moisés Diniz e Ricardo Tripoli. Justificou a ausência a Deputada Janete Capiberibe. ABERTURA: Havendo número regimental, o Presidente, o Deputado Alceu Moreira, declarou abertos os trabalhos. Em seguida, colocou em apreciação a ata da 4ª reunião, realizada no dia 7 de dezembro de 2016. O Deputado Valdir Colatto solicitou a dispensa da leitura da ata. Não havendo quem quisesse discuti-la, foi colocada em votação. Aprovada a ata.



EXPEDIENTE: O Presidente anunciou o recebimento dos seguintes documentos: Ofício nº 1.010, de 2016, PRES, do Ministério da Justiça, em resposta ao Ofício nº 8, de 2016-P, encaminhando informações a respeito...

Sr. Presidente, eu me nego a ler a ata enquanto não houver silêncio. Nós estamos trabalhando.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço silêncio, por favor, para ouvir a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Continuo:

...das Terras Indígenas no Município de Luciara/MT; Aviso nº 1065-GP/TCU, em resposta ao Ofício nº 14/2016-P, informando a disponibilização dos servidores do Tribunal de Contas da União à CPI para atendimento em solicitações específicas da Comissão; Ofício nº 350, de 2016, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, encaminhando a Proposta de Fiscalização e Controle nº 28, de 2015, e o relatório final de autoria do Deputado Valdir Colatto; Ofícios nºs 1, 2 e 3, de 2016, do gabinete do Deputado Nilto Tatto, solicitando esclarecimentos da Secretaria da CPI. A Presidência informou haver determinado à Secretaria que prestasse ao Parlamentar as informações requeridas; Memorando nº 314, de 2016, da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados em resposta à solicitação da CPI, indicando os seguintes nomes dos Consultores Legislativos que prestarão assessoramento à Comissão: Daniel Chamorro Petersen, Fernando Costa Wanderley Rocha e Lucas Azevedo de Carvalho; despacho da Presidência da Câmara encaminhando o Ofício nº 927, de 2016, da Liderança do PSDB, indicando o Deputado Ricardo Tripoli para titular da Comissão;



mensagem eletrônica da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul em resposta à solicitação da CPI, encaminhando o Ofício Gab-CS nº 001, de 2017, que disponibiliza o Procurador do Estado Rodinei Escobar Xavier Candeia para assessorar a Comissão; mensagem eletrônica da Polícia Federal em resposta à solicitação da CPI, encaminhando o Ofício nº 10.219, de 2016, que disponibiliza o Delegado de Polícia Federal Marcelo Augusto Xavier da Silva para assessorar a Comissão.

ORDEM DO DIA: Deliberação dos requerimentos constantes da pauta. Antes de iniciar a deliberação dos requerimentos constantes da pauta, o Presidente consultou os Parlamentares membros da Comissão a respeito da transformação da reunião em reservada para deliberar os afastamentos de sigilo. Fizeram uso da palavra, para responder a consulta, os Deputados: Eliziane Gama, Marcon, Valdir Colatto, Nilto Tatto, Valmir Assunção, Nilson Leitão, João Carlos Bacelar, Moisés Diniz, Erika Kokay e Glauber Braga. Foi aberto tempo de discussão para deliberar a respeito da conversão da sessão em reservada. Usaram da palavra para discutir os Deputados: Érika Kokay, Glauber Braga, João Carlos Bacelar e Eliziane Gama. A Deputada Eliziane Gama apresentou questão de ordem, tendo por base o art. 48, § 2º, do Regimento Interno, argumentando não ser nenhum dos casos elencados no dispositivo citado para que a reunião fosse transformada em secreta. O Presidente indeferiu a questão de ordem informando não se tratar de transformação em sessão secreta e, sim, em reservada. Em seguida, foi aberto tempo para orientação dos partidos e iniciado o processo de votação; foi aprovada a manutenção da sessão aberta. O Presidente informou



haver sobre a mesa requerimento de retirada de pauta do Requerimento nº 80, de 2016, de autoria do Deputado Valmir Assunção. Foi franqueada a palavra aos Parlamentares para encaminhamento, tendo usado da palavra os Deputados: Erika Kokay, Valdir Colatto e Valmir Assunção. O Deputado Edmilson Rodrigues apresentou um questionamento, tendo por fundamento o art. 192, § 2º, argumentando que “um partido com representação na Casa tem que ter o direito de expressar sua posição em nome do Partido e que o direito de encaminhamento do PSOL foi cassado na votação anterior”. O Deputado Valmir Assunção retirou o requerimento apresentado de retirada de pauta do requerimento nº 80, de 2016, de sua autoria. O Presidente informou haver sobre a mesa requerimento de adiamento de discussão do Requerimento nº 80, de 2016, de autoria da Deputada Erika Kokay. Aberto o processo de encaminhamento, o Presidente concedeu a palavra aos Deputados Erika Kokay e Luis Carlos Heinze. Em seguida, foi concedido tempo de orientação de bancada às representações partidárias, feita a votação; o requerimento de adiamento de discussão do Requerimento nº 80, de 2016, de autoria da Deputada Erika Kokay, foi rejeitado. A Deputada Erika Kokay solicitou a verificação da votação. Realizado o processo de votação nominal, o requerimento de adiamento de discussão do Requerimento nº 80/16, de autoria da Deputada Erika Kokay, foi rejeitado com 16 votos contrários ao requerimento e nenhum a favor, sendo consignada a obstrução do Partido dos Trabalhadores — PT e do Partido Comunista do Brasil — PCdoB. Durante o processo de votação nominal, usaram da



palavra os Deputados: Domingos Sávio, Valdir Colatto, Erika Kokay, João Daniel, Osmar Serraglio, Luis Carlos Heinze, Nilto Tatto, Valmir Assunção, Nilson Leitão e Marcon. O Presidente informou que, nos termos do art. 117, § 2º, e do art. 192 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, todos os requerimentos de adiamento de discussão estavam prejudicados. Em seguida, comunicou haver sobre a mesa requerimento de adiamento de votação do Requerimento nº 80/2016, de autoria da Deputada Erika Kokay. Foi franqueada a palavra para encaminhamento aos Deputados Marcon, Erika Kokay, Osmar Serraglio e Dilceu Sperafico. Em seguida, foram realizados os encaminhamentos das bancadas representativas e colocado em votação o requerimento de adiamento de votação do Requerimento nº 80/2016, de autoria da Deputada Erika Kokay, tendo sido rejeitado, consignando o voto favorável dos Deputados Eliziane Gama, Erika Kokay, Paulão, João Daniel, Valmir Assunção, Marcon e Nilto Tatto. O Presidente informou haver sobre a mesa requerimento de votação nominal do Requerimento nº 80/2016 e concedeu a palavra aos Deputados Erika Kokay e Luis Carlos Heinze, para encaminhamento. Foi dada a palavra aos Líderes para a orientação das bancadas e, em seguida, iniciado o processo de votação. O requerimento de votação nominal do Requerimento nº 80/2016 foi rejeitado, consignados os votos favoráveis dos Deputados Erika Kokay, Valmir Assunção, Nilto Tatto, João Daniel e Paulão. Ato contínuo foi colocado em apreciação o Requerimento nº 80/2016, de autoria do Deputado Nilson Leitão e outros. O autor do requerimento solicitou alteração do seu teor, para que se fizesse constar afastamento de sigilo apenas das pessoas



jurídicas elencadas no documento, excluindo-se as pessoas físicas. Usaram da palavra para encaminhar os Deputados Nilto Tatto e Luis Carlos Heinze. Após a orientação da bancada, foi realizada a votação do Requerimento nº 80/2016, de autoria do Deputado Nilson Leitão, tendo sido aprovado com alteração, excluindo-se as pessoas físicas, conforme proposto pelo autor, o Deputado Nilson Leitão, consignado o voto contrário dos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores — PT. A Deputada Erika Kokay apresentou questão de ordem, tendo por base o art. 117 do RICD, argumentando não ser permitido fazer uma votação sem a discussão dos casos de quebra de sigilo bancário sem a necessária leitura de requerimento, bem como releitura da lista das entidades que terão o seu sigilo quebrado. O Presidente indeferiu a questão de ordem, com base no art. 117, § 1º, do RICD. Durante o anúncio do requerimento, o Presidente esclareceu que a transferência do sigilo recairia sobre o Centro de Trabalho Indigenista — CTI e suas filiais. (Manifestação no plenário.)

Sr. Presidente, não dá para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu pediria silêncio, pessoal! Estamos ouvindo a leitura da ata. A pessoa solicita ouvir a leitura da ata e depois transforma o plenário num barulho interminável. Não é lógico!

Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO -

...O Presidente informou haver sobre a mesa requerimento de adiamento de votação do Requerimento nº 81, de 2016. Ato contínuo, foi concedida a palavra aos Deputados João Daniel e Luis Carlos Heinze para encaminhamento. Em seguida, foram orientadas as bancadas e iniciada a votação. O requerimento de



adiamento de votação do Requerimento nº 81/2016 foi rejeitado. A Deputada Erika Kokay solicitou a verificação da votação. Durante o processo de votação nominal, fizeram o uso da palavra os Deputados Erika Kokay, Valdir Colatto e Domingos Sávio. Tendo sido iniciada a Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, a votação foi interrompida, nos termos do art. 46, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Ao término da reunião, foi o seguinte o resultado das matérias constantes na pauta: 1- Requerimento nº 80/2016, do Sr. Nilson Leitão (RCP 26/2016), que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido, ora formulado, de decretação do afastamento do sigilo fiscal e do sigilo bancário nos termos que especifica”. Aprovado, com alteração, excluindo-se as pessoas físicas, conforme proposto pelo autor, o Deputado Nilson Leitão; 2 - Requerimento nº 81/2016, do Sr. Nilson Leitão (RCP 26/2016), que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido, ora formulado, de decretação do afastamento do sigilo fiscal e do sigilo bancário nos termos que especifica”; não deliberado; 3 - Requerimento nº 82, de 2016, do Sr. Nilson Leitão (RCP 26/2016), que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido, ora formulado, de decretação do afastamento do sigilo fiscal e do sigilo bancário nos termos que especifica”, não deliberado; 4) Requerimento nº 86/2016, do Sr. Nilson Leitão e outros (RCP 26/2016), que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido, ora formulado, de requisição para afastamento do sigilo fiscal e do sigilo



bancário nos termos que especifica”. Não deliberado. Por ocasião do início da Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente declarou encerrada a reunião às 16 horas e 26 minutos, registrando que a Secretaria iria informar a data da próxima reunião conforme agenda a ser definida, para deliberar a respeito dos itens restantes da pauta. E, para constar, eu, Alber Vale de Paula, Secretário-Executivo da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, o Deputado Alceu Moreira, e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Esta ata, o arquivo de áudio correspondente ao inteiro teor da reunião e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, passarão a integrar o acervo documental desta Comissão.

É a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está à disposição para retificação da ata, por 1 minuto a cada Parlamentar.

O Deputado Glauber Braga já está inscrito.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por que 1 minuto, Presidente? Por que 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - De acordo com a Questão de Ordem nº 461, de 2009.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu queria argumentar em cima de outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está à disposição do Deputado Glauber Braga, para discutir a questão da ata por 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu quero discutir também, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu quero me inscrever para a discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Glauber Braga, por favor.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu fiz a leitura da ata antecipadamente e vi que não está incluído o questionamento feito na última reunião sobre a utilização de aeronaves de terceiros por parte de membros da Comissão em relação às diligências realizadas. Inclusive, questionamos a utilização da aeronave matrícula PR-BBW, que é de Serra Grande Assessoria Agropecuária. Solicitamos inclusive à Mesa uma resposta a que se, de fato, diligências da Comissão teriam sido realizadas nessa aeronave. E, fazendo a leitura da ata, não se encontra esse questionamento e a resposta da Mesa ao tema.

Então, gostaria que fossem incluídos na ata o questionamento e a resposta da Mesa sobre esse tema, se necessário solicitando as gravações da última reunião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Solicito à equipe técnica que faça uso das gravações que estão disponíveis para verificar se o pedido de verificação procede. Caso proceda, a ata tem que ser fielmente a leitura do que aconteceu em plenário.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual artigo, Deputado?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não, quero apenas fazer uma proposta. Eu conversei agora com o Deputado Nilson Leitão e perguntei a ele sobre irmos direto para a votação: ele retiraria o requerimento do CIMI, de que eu também sou autor junto com o Valdir Colatto e a Tereza Cristina, por nossa vontade, e, se os colegas da Oposição permitissem, nós já passaríamos direto para a votação dos outros dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esse pedido de acordo já foi feito, e não houve acordo, Deputado!

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não, estou perguntando. Se quiserem... O.k.?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu queria responder ao Deputado Heinze. Pode ser?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Como é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esse assunto já foi debatido e formulado exatamente dessa forma.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se há acordo, pessoal, há acordo. Se não há acordo, não tem debate.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MARCON - *(Ininteligível)* duas bancadas, Sr. Presidente, sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Para poder avançar, Deputado Heinze...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Como todo mundo aqui, penso que podemos apurar. Ninguém quer esconder nada, todo mundo quer apurar. A sugestão para avançarmos — inclusive porque os outros requerimentos extrapauta já estão na mesa — é a de que, como já avaliamos o requerimento do CTI na reunião anterior, nós poderíamos caminhar nesse sentido. Então, tiramos da pauta e fazemos intercaladamente, pegando um dos requerimentos que colocamos agora extrapauta. Assim, sairíamos imediatamente, parariamos o processo de obstrução e entraríamos em um dos requerimentos, que entraria extrapauta, para podermos avançar.

Então, começaríamos já a debater o próximo requerimento, que é um desses que nós apresentamos extrapauta. Pode ser?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Eu acho que tem um problema...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Porque seria uma forma de demonstrarmos que todos aqui querem analisar e apurar todos os requerimentos. Daí, nós seguiríamos pelo caminho — como tem que ser apurado um por um — de aprovar todos os requerimentos, de forma intercalada. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Heinze, antes, só quero dizer uma coisa.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Eu acho que nós tínhamos que vencer a pauta primeiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para nós colocarmos na pauta de votação a quebra de sigilo, nós temos que ter o cuidado de ter toda a documentação e o aparato de fatos para justificar a quebra. Votar a quebra de sigilo por um requerimento extrapauta entrado nesse processo, não é responsável, porque nós não conhecemos isso.

Eu, como Presidente, não autorizaria colocar na pauta, porque não conheço nos autos do processo quais são as *(ininteligível)*.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, só para esclarecer, só para esclarecer: são requerimentos que já estão na Secretaria há vários meses, desde o início da CPI.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, quero dar uma sugestão.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Portanto, não dá para dizer que ele é desconhecido dos Parlamentares. Ele está entrando extrapauta, porque não foi pautado por V.Exa., enquanto Presidente. Mas ele está lá na Secretaria. E são do conhecimento de todos os Parlamentares os requerimentos que são extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, essa... O acordo...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, digam claramente, digam claramente que não querem seguir o acordo. Mas que não usem esse subterfúgio.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não dá jogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não vou... Não há acordo. Não há mais acordo. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Erika Kokay, por 1 minuto, para a discussão da ata.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, por que nós não vemos os nossos requerimentos? Só porque o senhor não quer colocar em votação. É só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Deputada Erika Kokay tem 1 minuto para a discussão da ata.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - É só verificar a numeração do requerimento.



O SR. DEPUTADO MARCON - É porque o senhor não quer colocar em votação...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está à disposição... estará à disposição o microfone, por 1 minuto, para a Deputada Erika Kokay, para a discussão da ata.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, eu acho que está muito clara qual é a intenção da Presidência, que, aliás, não deveria ser ocupada por V.Exa., porque V.Exa. é de uma parcialidade — é de uma parcialidade... V.Exa. está ocupando e transformando a Presidência desta CPI em um *bunker* de defesa dos ruralistas e de ataque aos povos indígenas e quilombolas. Então, está bastante claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Isso não é parte da ata.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E eu digo, Presidente, que eu gostaria que a ata fosse retificada, para que nela fosse incluída a solicitação que fizemos de que dessas pessoas, as pessoas que emprestaram helicópteros a membros da CPI, também sejam quebrados os sigilos. Há elementos, pessoas, que estão sendo investigadas! Mas não só essas. Há a Operação Terra Prometida, que tem uma série de envolvimento e indícios robustos. Não são esses, que vocês, do ponto de vista ideológico, dizem que é preciso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, permita-me concluir. Permita-me concluir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Permita-me concluir. É porque V.Exa. não gosta da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora não quer discutir a ata, quer discutir outros temas.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estou pedindo a retificação, para que seja incluído na ata que nós solicitamos a quebra de sigilo bancário de várias



peessoas envolvidas, inegavelmente, com o ilícito e que não foi aceito. Que seja colocado em ata!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu concluo. E que seja colocado em ata também que há uma restrição da discussão da quebra de sigilos, porque não se assegura o tempo, que seria o tempo de 15 minutos. Foi levantado na reunião passada e não está na ata.

E renuncie à Presidência desta CPI, em nome desta CPI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Essa solicitação é sua vontade, e felizmente não acontecerá.

Essa manifestação da Deputada Erika Kokay já foi respondida por esta Presidência.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não; a da Terra Prometida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Essa já foi respondida, e foi dito exatamente esse texto. Nada do que esteja registrado nas notas taquigráficas deve ser excluído do texto da ata — nada, absolutamente nada! A ata tem que ser fielmente o que aconteceu na reunião. Ata é para isso. Na retificação, caso seja verificado que houve ocultação de qualquer palavra, ela terá que ser incluída, na forma da retificação.

Tem a palavra a Deputada Eliziane Gama, por 1 minuto, para a questão da ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, depois da Deputada Eliziane, eu quero fazer uma questão de ordem sobre o tema.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Primeiramente, Presidente, nós apresentamos, para que fossem colocados na Ordem do Dia, os 14 requerimentos de quebra de sigilo. V.Exa. deu por prejudicados esses requerimentos, inclusive sob protestos nossos, porque nós não concordamos com a forma como V.Exa. conduz e conduziu a última reunião. Portanto, eu quero que sejam incluídos na ata, Presidente. V.Exa. não colocou nesta ata essa decisão, por V.Exa., de dar por prejudicados esses requerimentos logo após a rejeição do primeiro requerimento,



que foi apresentado pela Deputada Erika Kokay. Esse é o primeiro ponto de retificação que eu gostaria que V.Exa. fizesse nesta ata.

O segundo ponto, Presidente, refere-se aos encaminhamentos. Eu não sei qual a razão de V.Exa. suprimir informações nossas na ata. Eu queria até que V.Exa. explicasse as razões e motivações. Nós fizemos, por exemplo, encaminhamento em todas as votações, e aqui não consta nosso nome nesse encaminhamento referente ao Requerimento nº 80, de 2016.

Nós fizemos o encaminhamento, e V.Exa. suprimiu o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o tempo, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Como V.Exa. não tem dado flexibilidade às nossas falas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ...também está retirando o nosso nome da ata. Então, eu queria que V.Exa. fizesse a retificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É sabido por todos os Parlamentares que a confecção da ata da reunião não é feita por esta Presidência, tanto é verdade que ela é colocada em votação e em discussão para podermos retificá-la. Acusar o Presidente de ter mandado tirar ou botar qualquer coisa é leviano e irresponsável. Nós não autorizamos absolutamente nada e estamos dizendo aqui em alto e bom som que tudo o que aconteceu na reunião anterior, como nesta, deve constar em ata. Caso alguma coisa tenha que ser retificada, será retificada, na forma do Regimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - V.Exa. vai retificar as minhas colocações, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu já lhe respondi, Deputada. Eu sugiro que a senhora ouça a resposta, porque a resposta foi absoluta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, eu ouvi V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu acabei de dizer que vamos retificar, de acordo com as notas taquigráficas.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu quero discutir a pauta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A pauta não está em discussão, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCON - Não está em discussão?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, quero levantar uma questão de ordem, com base no art. 41, inciso III, combinado com o art. 50, inciso I, que é sobre a ata.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, eu peço a minha inscrição também.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu percebo, pela intervenção de V.Exa., que, nos questionamentos feitos sobre retificação da ata, V.Exa. mesmo — imagino — já admite que houve intervenções que não foram colocadas na ata...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não admito nada!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Calma, Presidente! Não fique nervoso. Calma!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não argumente o que eu devo ou não... Não pense por mim.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Calma, Presidente! Calma, Presidente! Foi solicitada a retificação da ata. Com a solicitação da retificação da ata, quando eu lhe fiz o questionamento, V.Exa. disse que solicitaria à Mesa, à assessoria, a verificação do vídeo, para que, porventura, se não houvesse o questionamento, a retificação pudesse ser feita. Se V.Exa. estivesse atento à leitura da ata realizada pelo Relator — ou se tivesse feito a leitura antecipadamente, como eu fiz —, V.Exa. teria visto que esse tema na ata não estava. É por isso que eu digo que, como Presidente desta Comissão, essa ata não pode ser votada antes que seja feita a retificação e incluído o tema que foi aqui dito, do helicóptero, e o questionamento feito à Mesa sobre o deslocamento para diligências por esta Comissão. Como vamos fazer a votação de uma ata sem a retificação que foi sugerida?

V.Exa. disse: *“Para que a ata seja considerada correta, ela tem que ter todos os dispositivos do que aconteceu na última reunião”*. Esse, especificamente, não está na ata. Por esse motivo, nós esperamos a retificação da ata e a redistribuição da ata ao conjunto dos Parlamentares da Comissão, para que possamos votar a ata.



Estamos pedindo única e exclusivamente o que está contido no Regimento e o que diz o bom senso.

Essa é a questão de ordem que eu faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, rejeito sua questão de ordem, porque, na verdade, nós vamos votar a ata tal como está, com a recomendação para que as retificações solicitadas estejam no texto, caso não estejam contempladas. E, na próxima sessão, colocaremos a ata em votação, com as retificações. É assim a disciplina regimental nesta Casa. E não cabe retificação.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - A mesma ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A ata será retificada e terá que ser colocada à disposição do Parlamentar, para sabermos se a retificação está correta ou não. Nós não podemos...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Mas vamos aprovar, então, sem a retificação?

(Não identificado) - Então não vamos votar agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vamos votar, sim, senhor.

(Não identificado) - Mas vai ser aprovada agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vamos aprovar a ata.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu quero discutir a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem 1 minuto...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Então, temos que votar contra a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tudo bem, o senhor vota contra a ata, não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Marcon tem 1 minuto, para discutir a ata.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Peço a palavra para discutir a ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, o senhor está ficando isolado até entre os seus aliados. Eles querem votar os outros requerimentos. Eles querem votar todos os requerimentos.



O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - O senhor está colocando palavras na minha boca.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O senhor falou que quer votar os requerimentos, sim. O senhor falou...

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - Eu voto. *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O senhor falou. Eu falei o seu nome? Eu falei o seu nome?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Halum... Deputado, por favor! Por favor!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Baixe o tom! Baixe o tom, que eu não falei o seu nome...

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - Falou.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não falei o seu nome.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Falou não, falou não.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Baixe o tom! Baixe o tom! Não há aqui ninguém que baixe a cabeça para você, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Srs. Parlamentares, Srs. Parlamentares... Deputado Halum! Deputado Halum! Ô meu amigo, essa discussão interessa a quem quer obstrução.

O Deputado Marcon tem 1 minuto para a discussão da ata.

Eu peço a atenção dos Srs. Parlamentares: para discutir a ata. A discussão da ata é exclusivamente sobre esse tema. Não vou permitir a utilização do tempo para qualquer tipo de tergiversação com relação a isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Já está dando 1 minuto só e ainda não quer deixar os Parlamentares falarem?

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu quero discutir a ata, mas, primeiro, uso 30 segundos, 10 segundos para dizer que a sua base está descontrolada aqui na Comissão. E percebe-se que o senhor não está conseguindo coordenar a CPI. Eu me preocupo muito com isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esse debate não é sobre correção da ata. O senhor não terá a palavra para fazer qualquer outro tipo...

O SR. DEPUTADO MARCON - Mas eu quero fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não. A palavra é exclusivamente para a correção da ata.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - O Parlamentar não tem direito à palavra?

O SR. DEPUTADO MARCON - Dentro do meu minuto eu falo o que quero, Presidente. E eu quero falar sobre a ata o seguinte. Na reunião anterior eu fiz um debate sobre os nossos requerimentos de quebra de sigilo bancário. São os requerimentos — vou ler — nºs 10, 11, 12, 23, 24, 31, 36, 41, 42, 44, 57 e 61. Esses requerimentos, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCON - Acalme-se! Eu vou lhe dar um chazinho, para que fique calmo. Acalme-se!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se eu tomar o seu chá, eu corro risco. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO MARCON - Esse requerimento nós colocamos na mesa antes daqueles que estão sendo avaliados hoje. E outra: na minha vida até hoje... Podemos ter divergências políticas, Sr. Presidente, mas sempre defendi a vida. Então, o meu chá não é para morte, como os senhores estão acostumados a fazer com os índios, com os negros e com os sem-terra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não.

O SR. DEPUTADO MARCON - Então te acalme.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Já temos chá de tudo que é jeito aqui. Por favor, conclua.

O SR. DEPUTADO MARCON - Acalme-te! Eu te conheço. Tu és mais avarento do que...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Paulão tem 1 minuto para discussão da ata.



O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu queria reforçar a fala do Deputado Glauber: como é que nós vamos aprovar uma ata em que é necessário fazer uma retificação?

O senhor admite que a fala, o conteúdo da fala do Deputado Glauber tem pertinência em relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não admito nada, absolutamente nada!

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Admite. O senhor admitiu sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mandei olhar as notas taquigráficas, tão somente.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - O senhor admitiu. O senhor admitiu agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não ponha essa palavra na minha boca, é o segundo que tenta fazer isso.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Não, o senhor admitiu.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Assegure a palavra ao orador, Presidente. Saia do *bunker*! Saia da trincheira ruralista!

O SR. DEPUTADO PAULÃO - O senhor admitiu que a questão da aeronave era necessário colocar na ata, para ser aprovada na próxima reunião. Ora, como vamos aprovar uma ata de que o conteúdo vai ser modificado? Então, há um problema no encaminhamento, Sr. Presidente.

Nós não podemos aprovar uma ata de que ainda é necessário modificar o conteúdo, principalmente quanto ao que falou o Deputado Glauber. É uma questão de ordem.

Então, teria que haver um acordo aqui. Parece-me que V.Exa. está com os nervos à flor da pele. Continue tomando o chá do Deputado Marcon — é um bom chá — para o senhor se acalmar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A ata está em votação.

(Não identificado) - Presidente, eu pedi a palavra para falar sobre a retificação.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Eu pedi a palavra, Sr. Presidente, para falar sobre a ata.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há registro de o senhor ter pedido a palavra em tempo hábil.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Eu pedi a palavra, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Como, Presidente?

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele pediu, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou colocar a palavra... Pois não, Deputado João Daniel.

O SR. DEPUTADO MARCON - O senhor não consegue enxergar o Deputado João Daniel porque há um particular ali filmando. Se o senhor tivesse retirado o cara dali, teria enxergado o Deputado João Daniel fazendo a inscrição.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Não, pode ficar, pode filmar tudo. Não há problema.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Dizem que ele é do PT.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, peço 1 minuto para discutir a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É seu companheiro, mas tudo bem.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Eu tenho a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Claro, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Eu não vi registrada na ata a denúncia que foi feita no requerimento de quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Serra Grande Assessoria Agropecuária Ltda., a de que foi usada a aeronave por representantes desta Comissão, sem membros titulares desta Comissão. Essa empresa é suspeita de estar participando desta CPI, de estar acobertando algo que pode ser muito grave.

Portanto, não está registrado que o Requerimento nº 42, de 2016, foi debatido, exigido por vários Parlamentares desta Comissão que fosse pautado esse requerimento e apurada essa grave denúncia que envolve a empresa Serra Grande Assessoria Agropecuária.

Nesse sentido, nós gostaríamos de deixar registrado que não vimos... E sabemos, de informações, que, nesse local onde a empresa Serra Grande andou,



havia interessado nas investigações para criminalizar entidades, lideranças ligadas a indígenas, a trabalhadores e a organizações rurais.

Portanto, nós queremos que fique registrado que, na reunião anterior, vários membros levantaram, lutaram para que esse requerimento fosse votado, o Requerimento nº 42, e que pesa essa denúncia sobre a empresa Serra Grande Assessoria Agropecuária, que precisa de esclarecimento.

É nesse sentido que nós também queremos que a ata anterior registre que foi solicitada a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Serra Grande Assessoria Agropecuária Ltda., para saber a sua participação nesse processo e nesse episódio. Provavelmente e possivelmente poderá haver outras questões que não são de conhecimento desta CPI.

Por isso, nós gostaríamos de cobrar esse registro de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o tempo.

Tem a palavra o Deputado Nilton Tatto, para discussão da ata.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, eu gostaria que fosse retificado na ata da reunião anterior... Na reunião anterior foi pedido que se colocasse nesta reunião o Requerimento nº 57, de 2016. Este requerimento se refere — até para esclarecer melhor o pessoal do registro — à empresa Gaspem, que é uma empresa de segurança que atuava em Mato Grosso do Sul, com relacionamento estreito com fazendeiros e suas associações, onde o relato de uso de extrema violência é vasto, conforme noticiam os abaixo relacionados.

No entendimento do Ministério Público Federal, a Gaspem, além do desvio de finalidade, tem atividade indiscutivelmente ilícita. Trata-se, em verdade, de um grupo organizado que dissemina violência contra os guaranis-kaíowás no cone sul do Estado de Mato Grosso do Sul, através de pessoas brutais nominadas “vigilantes”, na maioria das vezes sem qualificação para o exercício da atividade, portando armamento pesado e munições...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído seu tempo, Deputado. Isso não faz parte da reunião anterior.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Só estou esclarecendo, Presidente. Deixe-me terminar o esclarecimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não. A retificação da ata não pode ser feita com um texto que não existe.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Este requerimento... O próprio Ministério Público Federal classifica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A ata está em votação. Aqueles que concordam...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para orientar, Sr. Presidente. Eu quero orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para ata não existe orientação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É claro que existe orientação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para ata não existe orientação. Não há orientação regimental.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É claro que há orientação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A ata está em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Deputado Valmir Assunção não vai falar?!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Aprovada a ata.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estou com a palavra, Presidente!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, Presidente! Nós somos contra a aprovação da ata. Não faça isso! Não faça isso!

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Registre, Presidente, os contrários à ata.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Presidente, eu estou inscrito para falar. Dê-me 1 minuto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra é dada por 1 minuto; já concluiu a sua palavra, e a sua retificação não cabe. A votação já aconteceu.



O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Presidente, eu estou inscrito para falar.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu registro meu voto contrário.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, eu queria concluir com uma sugestão para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A votação já aconteceu.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não, não, não. Registre o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os Deputados que quiserem a retificação da ata e que não se pronunciaram peçam por escrito, por favor.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, eu gostaria que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Expediente.

Esta Presidência informa o recebimento dos seguintes documentos...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A votação é simbólica.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A votação é simbólica. E, na hora da votação, não houve manifestação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ofício nº 2.094, de 2017, do Supremo Tribunal Federal, que encaminha a decisão de indeferimento da medida cautelar requerida no Mandado de Segurança nº 34.528, por seus próprios fundamentos.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Presidente, tem que registrar os votos contrários. Registre, Presidente!

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Registre, Presidente. Só faça o registro.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem. As bancadas de oposição votaram contra. Estão satisfeitos assim?

Registre-se em ata que as bancadas de oposição votaram contra.

Ofício nº 2.761...



(Não identificado) - A votação é nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, a votação é simbólica. Não é obrigatório o registro de voto nominal.

Ofício nº 2.761, de 2017, oriundo do Banco Central, DECON, contendo informações de natureza sigilosa, referente ao Requerimento nº 80, de 2016, aprovado pelo Plenário da CPI. Os documentos estão à disposição na Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O documento diz respeito a quê, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Informação de natureza sigilosa sobre a quebra de sigilo acontecida ontem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, não estou entendendo. Esse ofício...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora não...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Matéria vencida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ofício do Gabinete 267 nº 01, de 2017 — CPI do INCRA e FUNAI. O Deputado Nilto Tatto solicita a inclusão do requerimento na pauta da CPI.

Ordem do Dia.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, tem que constar na próxima ata...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, é só verificar a manifestação! Não sabe contar, Presidente? A votação simbólica exige que se contem os votos, Presidente. Seis a cinco para nós. Nós ganhamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Matéria vencida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Requer-se, com fundamento no art. 52, § 5º, do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia da presente reunião desta Comissão, para apreciação imediata, do Requerimento nº 23.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 173.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Requerimento nº 23...

Qual é o artigo, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Art. 173.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Proceda à votação novamente. Não sabe contar ou não quis contar? Não quis contar na votação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, o art. 173... Trata-se da discussão do expediente. O que a senhora quer discutir com base no art. 173? Não há questão de ordem com base no art. 173. Qual é a razão, por favor?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, está havendo a leitura do expediente. Nós não estamos sabendo exatamente o que está acontecendo. V.Exa. está sonegando informações a esta CPI, na medida em que V.Exa. não tem dito do que tratam os ofícios.

V.Exa. tem feito um processo tão arbitrário, não apenas porque impede que as pessoas possam discutir a ata, como também porque impede que seja anunciada a votação! V.Exa. não anunciou a votação, não possibilitou inclusive que nos expressássemos contrariamente à própria ata, porque, se assim tivesse feito, veria que nós teríamos derrotado esta ata.

E V.Exa., ao ler o expediente, impossibilita que tenhamos conhecimento dos documentos que estão sendo emitidos por esta CPI ou que estão chegando a esta CPI. V.Exa. está nos sonegando informações. Eu não sei exatamente se o que foi lido aí diz respeito a ofícios oriundos desta CPI ou recebidos por esta CPI.

Eu não sei do que tratam esses ofícios que aqui têm chegado. V.Exa. tem que, no mínimo, flertar com a democracia, porque senão estará ferindo este Poder Legislativo, que é essencialmente plural.

Quando nós pedimos a V.Exa. que leia mais uma vez ou explique no expediente quais são essas matérias, V.Exa. se nega a fazê-lo, se nega a fazê-lo. Quer ser o detentor absoluto de todas as informações, quer ser inclusive o detentor da própria lei, porque não investiga vazamentos de depoimentos sigilosos que aconteceram nesta CPI, depoimentos sigilosos que foram na íntegra acolhidos por uma rede de televisão em âmbito nacional.



Simplesmente V.Exa. se negou a investigar, talvez porque V.Exa. seja responsável pelo próprio vazamento — porque se negou a investigar.

Então, o que eu queria dizer, sobre o expediente, e estou fazendo uma questão de ordem, é que é preciso que nós — discutamos, não — entendamos o que está acontecendo, que nós saibamos...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, assegure minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado Colatto!

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Nós não podemos falar. Eles falam o tempo todo, e nós temos que ficar quietos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deixa-a concluir, depois tu falas.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Deputado Colatto levou 6 segundos da minha fala, que eu gostaria que fossem repostos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É verdade, Sr. Presidente. Foram 15 segundos, Deputada.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu lhes devolvo esses 10 anos, desde que o senhor tenha compromisso com este País, com os indígenas e com os quilombolas, e não compromisso apenas com as cercas.

Sr. Presidente, assegure-me a palavra. É o mínimo que o senhor pode fazer. Eu ainda tenho 15 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora está com a palavra, Deputada. Por favor!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Deputado Colatto tem perturbado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço aos Deputados que a deixem concluir a fala.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para concluir, Presidente, quero dizer que o expediente tem sido lido por esta Presidência de forma que nós não tenhamos condições de entender exatamente quais são os ofícios...

(O microfone é desligado.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluída a fala.

Eu quero só fazer a retificação para que seja visto o absurdo da argumentação que eu tenho que ouvir na condição de Presidente, como se isso fosse... Eu estou sonhando o quê? Eu estou dando conhecimento à Casa de que os ofícios de números tais e tais, de origem tal, estão disponíveis na Comissão.

No expediente, não há obrigação de esta Presidência fazer leitura do texto. Mais do que isso: os documentos são sigilosos e, portanto, eu não poderia lê-los aqui — basta ouvir.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas eu já disse do que se trata! Está no ofício. É que a ânsia desesperada para protelar e não permitir a votação permite qualquer tipo de argumentação. Não!

Olhe aqui: Ofício nº 2.761, de 2017, do Banco Central do Brasil, DECON, oriundo do Banco Central, contendo informações de natureza sigilosa referente ao Requerimento nº 8.016, que é o requerimento da CPI, que foi aprovado pelo Plenário. Quer mais clareza? Estão lá os documentos, para serem lidos. O que posso fazer mais? O que estou sonhando aqui? Absolutamente nada.

Ofício do Gabinete 267...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora quer esperar? Ou a sua aflição não permite nem isso?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A minha aflição é pela democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora vai me ouvir. Democracia não é o que a senhora quer; é o que todos querem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - ...CPI INCRA FUNAI, do Deputado Nilto Tatto, solicitando a inclusão do requerimento em pauta da CPI. É este o ofício que está lá, de autoria do Deputado Nilto Tatto; há o número. O Deputado Nilto tem o número. Esse é o expediente, tão somente. Não soneguei absolutamente nada. Portanto, não seria preciso toda essa discursaria interminável, fazendo-se acusação sem nenhuma veracidade.

Ordem do Dia.



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Onde está no Regimento que há registro?

A presente reunião destina-se à apreciação dos requerimentos constantes da pauta.

Há diversos requerimentos extrapauta sobre a mesa. O requerimento, com fundamentação no art. 52, § 5º, do Regimento Interno, pede a inclusão na Ordem do Dia da presente reunião desta Comissão, para apreciação imediata, do Requerimento nº 23.

É bom que se esclareça que este requerimento foi feito de vários requerimentos, mas requerimentos para quebra de sigilo não podem ser feitos em globo, têm que ser feitos um a um, exatamente porque é preciso haver argumentação específica para cada um deles.

Então, está em discussão...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu acabei de dizer que o prazer em fazer a disfunção, para que não se compreenda... Eu disse que o requerimento foi feito com todos, mas nós estamos apreciando apenas o Requerimento nº 23, porque não é possível fazer a apreciação de todos em globo. Foi isso que eu disse claramente. O que é tão difícil de entender?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É requerimento de inclusão.

Para encaminhar o requerimento, o autor fala por 5 minutos e um Deputado contrário à matéria, por 5 minutos.

(Não identificado) - Todos os requerimentos têm assinaturas suficientes e representativas para *(ininteligível)*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Têm, Deputado.
Requerimento nº 23.

O autor tem 5 minutos para fazer a argumentação favorável.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - São vários autores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Um autor, a não ser que queiram fazer...



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Diga qual é o objeto, de quem se quer fazer a quebra dos sigilos, não apenas o número, mas de quem são.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O primeiro signatário é o Deputado Nilto Tatto.

O texto do Requerimento nº 23 é este aqui:

Requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, e com a Lei Complementar nº 105, de 2001, solicitação por esta CPI para registro de transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul — FAMASUL. Requer ainda que os dados referentes à transferência dos sigilos bancário e fiscal sejam enviados na seguinte forma com os seguintes conteúdos.

É disso que se trata. O requerimento é de inclusão dessa matéria.

O Deputado Paulão tem 5 minutos para falar a favor da matéria.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, vou falar primeiro em relação ao objeto do requerimento: requisição de transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da FAMASUL. Esse requerimento diz respeito à base política de vários Parlamentares desta CPI que pregam tanto a transparência... No entanto, esse requerimento pode ser motivo de oposição. Eu queria ver se, com o vigor, com a tenacidade e com a visão patrimonialista e machista que apresentam, os mesmos Deputados têm a coragem de aprovar esse requerimento como eles querem o do CIMI.

Qual o fundamento em relação à FAMASUL? A FAMASUL está envolvida de forma evidente nos eventos que caracterizam violência contra os povos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul. A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul e a Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul organizaram o Leilão da Resistência, com o intuito de arrecadar recursos para o financiamento de segurança privada, não respeitando inclusive o Estado Democrático de Direito, que não só o Brasil, mas também todas as democracias há muito tempo já assimilaram.



Parlamentares retrógrados, atrasados, ainda defendem a luta armada. E são esses mesmos que discutem que há invasão de terra, Deputado Valmir. É por isso essa proibição. O que é mais grave, além de incentivar a segurança privada e armada, mesmo com a proibição, dada pela Justiça Federal, por meio de uma liminar, concedida pela juíza da Segunda Vara da Justiça Federal, Dra. Janete Lima Miguel, o leilão ocorreu. Os Srs. Parlamentares vão ter coragem de, além de incentivar de forma irresponsável a luta armada de uma forma reacionária, desrespeitar o Poder Judiciário? É importante demonstrar quem financia essas atividades da Federação e como o dinheiro foi arrecadado.

Percebemos, neste período recente, que se quer discutir transparência, discutir democracia, discutir o papel desta CPI, que é uma CPI que tem lado, que quer penalizar os povos originários, os povos indígenas, os trabalhadores que há muito tempo não têm terra no Brasil.

Repito: há luta armada de milícia privada, sem respeito ao Estado Democrático de Direito e, o mais grave, sem respeito à Justiça.

É necessário ter pertinência nesta Casa para se fazer o debate. Eu defendo a tese da teoria da separação dos Poderes. Eles são harmônicos e independentes, mas não podemos judicializar tudo, para o Poder Judiciário decidir, porque ele não faz o contrário.

Sr. Presidente, mesmo tendo divergência e sabendo de sua posição nesta Casa, é importante que a questão prudencial prevaleça.

Este requerimento tem o mesmo patamar, o mesmo teor de igualdade em relação ao CIMI. Querem quebrar o sigilo do CIMI e de outras entidades. E nós vamos fazer uma Operação Abafa, sem dar o devido esclarecimento à grande imprensa?

O que está em jogo? A FAMASUL, uma federação patronal, uma federação do agronegócio do Mato Grosso, que tanto se regozija e que movimenta o Brasil, ainda tem comportamento como o da idade média, pois não respeita o Estado Democrático de Direito.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é fundamental para a democracia, com respeito ao Estado Democrático de Direito, que esse requerimento seja aprovado. Se ele não for aprovado, esta CPI será um engodo, será uma enganação.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro, para falar contrariamente à inclusão de pauta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, é bem claro o que estamos tratando aqui. Só quero manifestar e deixar registrado que sou contra o requerimento de inclusão dessa extrapauta, até porque aqui não é a casa da mãe joana, não. Já temos requerimento sobre a mesa. Vamos, portanto, deliberar sobre ele e bola para frente.

V.Exa. está prestando um excelente trabalho, é assim que tem que ser mesmo. Se o Presidente for muito frouxo, os outros fazem o que querem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esta concluída a discussão.

Solicito que ponha a orientação de bancada na tela.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

V.Exa. tem 1 minuto para orientar, Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu também concordo com o Deputado Eduardo Bolsonaro. Nós temos uma pauta a ser vencida. Está claro que isso é para não votarmos. Nós tínhamos uma pauta já estabelecida, tratada, trabalhada, mas chegaram outros seis requerimentos para obstruir a pauta. Essa é a realidade.

Nós somos contra esses requerimentos. Vamos votar o que estava na pauta e depois votamos o que está sendo colocado na pauta agora.

Por isso, somos contra esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o Partido dos Trabalhadores. *(Pausa.)*

V.Exa. tem 1 minuto para orientar, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu penso que há um desvio grave, inclusive de propósitos, porque houve falas recorrentes de que quem não deve não teme.

Nós sugerimos abrir mão da obstrução se houvesse apreciação de requerimentos alternados, mas o que estamos vendo aqui é que os requerimentos apresentados por nós são ignorados, porque, na verdade, não se quer investigar, não se quer a quebra de sigilo bancário. Há, inclusive, requerimentos de quebra de



sigilo bancário ocupando a Presidência desta CPI e que há anos estão dormitando na parcialidade.

Portanto, o que nós queremos é sejam incluídos na pauta os requerimentos de quebra de sigilo daqueles — alguns deles, inclusive, condenados — que estão absolutamente vinculados ao objeto de discussão e de investigação desta CPI.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores vota a favor dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrado o seu tempo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Queremos que eles sejam aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSDB?

(Pausa.)

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

(Não identificado) - O PP vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PP vota “não” à inclusão.

Como vota o PSB?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - O PSB, Sr. Presidente, vota “sim”, na aceitação e na aprovação desse requerimento, que versa sobre a requisição da transparência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da FAMASUL. Ele diz respeito à base política de Parlamentares desta CPI. A FAMASUL está envolvida, de forma evidente, em eventos que caracterizam violência contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul. Essa federação organizou o leilão da resistência, com o intuito de arrecadar recursos para o financiamento da segurança privada e armada. Mesmo com a proibição dada pela Justiça Federal, por meio de uma liminar concedida pela Juíza Janete Lima Miguel, da 2ª Vara Federal, o leilão ocorreu.

Então, nós apoiamos a inclusão do Requerimento nº 23, de 2016, na pauta, para que haja transparência e para que se esclareça aqui a verdadeira intenção da FAMASUL.

Eu ainda quero deixar aqui o registro, Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo, Deputada.

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o PDT? (*Pausa.*)

Como vota o PTB? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - O PTB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o SD? (*Pausa.*)

Como vota o PTN? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Como vota o PSC?

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - O PSC vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PPS?

V.Exa. tem 1 minuto para orientar, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, está muito clara, com os encaminhamentos que estamos vendo, a total incoerência de alguns Parlamentares desta Comissão, porque, quando eles fazem a apresentação do requerimento para quebra do sigilo do ISA, da ABA, do CIMI, argumentam a transparência: "*Vamos investigar; vamos apurar*". Na hora em que se apresenta um requerimento dessa natureza, com embasamento legal e justificativa, com indícios claros e patentes de violência contra as comunidades indígenas, com a clareza de levantamento financeiro, inclusive para o financiamento de segurança privada e armada, nós vemos uma ação totalmente diferenciada. É clara a retaliação dos Parlamentares em relação a essas organizações que trabalham nas comunidades indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O PPS, Sr. Presidente, vota "sim" pela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o PV? (*Pausa.*)



Como vota o DEM ? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, quero orientar pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não tem a representação da Maioria, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não, da Maioria eu não tenho mesmo. Quero orientar pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não tem representação da Minoria.

Está em votação.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Eu quero falar pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está em votação.

Aqueles que concordam com a inclusão do requerimento em pauta permaneçam como estão e os que discordam se manifestem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado, a votação é nominal.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A votação é nominal, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu lhe digo que é conforme o art. 52, § 5º.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, é obrigatório ser nominal.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é possível votação simbólica para um requerimento de inclusão extrapauta.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Tem que ser votação nominal, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esta Presidência pede desculpas pelo equívoco e passa à votação nominal.

(Manifestação no plenário: Estamos evoluindo, Sr. Presidente!)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, da mesma forma da votação anterior, três pessoas levantaram a mão e votaram contra.



Então, eu sugiro, Sr. Presidente, que V.Exa. frequente de novo a escola para aprender a contar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu sugiro que V.Exa. volte à escola para aprender a ter o mínimo de educação e para não ser estúpido. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Pelo menos eu não uso da prerrogativa de ser Presidente para tratorar e passar por cima inclusive do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quem construiu a Maioria aqui foram os eleitores. V.Exa. é Minoria porque a urna lhe fez assim.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Pelo amor de Deus! Vai nessa, vai nessa!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não foram os eleitores, não!

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Isso não tem nada a ver com os eleitores.

(O microfone é desligado.)

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, V.Exa. está sendo arbitrário. V.Exa. desliga o microfone e não consegue ouvir a voz dos Parlamentares. Pelo amor de Deus, no mínimo, ligue esse microfone!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu também quero me inscrever para falar enquanto está em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sras. e Srs. Deputados, o uso da palavra no intervalo da votação nominal é uma liberalidade. Apenas para não coibir que os Parlamentares falem — aqui sempre fica uma lista de inscrição enorme, e eu não consigo conceder a palavra a todos —, gostaria que V.Exas. fizessem a inscrição. Vamos conceder 3 minutos aos Deputados que queiram utilizar a palavra.

Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, eu quero dar duas explicações importantes. A primeira tem a ver com o início das falas. Quando os Deputados ligados ao agronegócio, que defendem os fazendeiros deste País, chegam aqui e dizem que querem votar tudo, que querem transparência, não é verdade, porque, se quisessem transparência, incluiriam na pauta todos os requerimentos que pedem a quebra de sigilo de entidades patronais deste País.



Todas elas estão sendo investigadas pela Polícia Federal. Portanto, nada mais justo do que quebrar os sigilos bancário e fiscal delas, mas a bancada do agronegócio não aceita votar nem mesmo o requerimento. Eles não querem transparência, mas, sim, perseguir o CIMI, que é ligado à CNBB, o ISA e os antropólogos.

É lógico que debateremos e discutiremos aqui para que a sociedade brasileira compreenda o perfil dos Deputados ligados ao agronegócio.

Sr. Presidente, outro aspecto que acho importante registrar é que, na última reunião da CPI, houve um debate muito grande sobre a questão indígena. Vou apresentar os números reais: em 2014, 138 indígenas foram assassinados no Brasil; em 2015, 137; Em 2016, tivemos o maior número de índios assassinados.

Por que estou falando isso? Porque aqueles que incentivam as milícias no Brasil, aqueles que fazem leilão para arrumar dinheiro e contratar seguranças para enfrentar os indígenas desarmados que não têm estrutura para enfrentar o agronegócio no Brasil são os responsáveis por esses assassinatos.

Por isso, é importante que todos nós reafirmemos a vontade e a gana do agronegócio, que quer se expandir, cada vez mais, nas fronteiras agrícolas, muitas vezes cometendo crime ambiental, destruindo a natureza. Essa é a grande realidade que vivemos no Brasil.

Se esta CPI quisesse fazer algo sério, teria que levar em consideração que há muitas organizações do agronegócio, dos ricos deste Brasil, que teriam que ter seus sigilos bancários e fiscais quebrados.

Essa é a grande realidade que muitas vezes o Presidente não aceita e, portanto, tratora e não respeita a Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. me inscreveu?

O SR. DEPUTADO MARCON - Estou inscrito, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, com relação à questão anterior ligada ao CIMI, especificamente, eu quero dizer aos colegas Parlamentares que, por ocasião do caso Raposa Serra do Sol, nós estivemos naquela região.



É importante que os colegas que estão aqui prestem atenção. No Município Uiramutã, Deputado Valdir Colatto, 80% ou mais da população são de indígenas, inclusive, a prefeita é índia. Quando eu estive lá, em audiência pública de Comissão Externa que investigou o caso Raposa Serra do Sol, o que vi, Deputado Bengtson — pergunto a V.Exa., que é do Pará? Vi os índios dizerem: *“Fora, CIMI!” “Fora, padres italianos!” “Fora, padres alemães!” “Fora, padres!”* Os índios diziam que eles estavam se intrometendo, que estavam praticamente vendendo o nosso País. Eles percorriam todas as áreas do Estado de Roraima, querendo saber sobre terras para plantar, sobre matas, água doce, reservas minerais. Eu ouvi, Deputado Bolsonaro, os próprios índios dizerem isso em Roraima, e não foi diferente do que ouvi dizerem em Rondônia. Não foi o CIMI, não foi meia dúzia de caciques que disseram isso, mas os próprios índios.

Fizemos uma audiência pública em uma escola onde havia mais de mil pessoas, dentre as quais 80% eram índios. Estivemos com a prefeita, que era índia, e com os outros índios, para discutir o caso Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Eles dizem isso. Portanto, eu estranho essa questão do CIMI.

Eu queria ver o que diriam os Deputados que estão falando isso aqui se a casa, se a propriedade deles fosse invadida, como eu vi sem-terra, índio, todo mundo invadir. Bonzinhos, diriam: *“Invadam, estuprem a minha mulher, peguem a minha filha, façam o que bem entenderem com o meu patrimônio!”*

Não é assim! As pessoas têm de que se defender. Se o Estado brasileiro não lhes dá segurança, o que eles vão fazer?

Esse tal leilão da resistência foi feito porque o próprio Governo nunca deu atenção ao Estado do Mato Grosso do Sul. Vejam a baderna que está nesse Estado hoje. Ele é um dos mais ricos Estados em produção agropecuária no Brasil, mas as terras não estão valendo praticamente nada em função dessa baderna que ocorre lá hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Srs. Deputados, fica claro para todos nós que estamos com dificuldade para conseguir quórum. Por essa razão...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PT não vai votar o requerimento deles?



O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não havendo quórum para votação, vou encerrar a presente reunião.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PT não votou o requerimento deles, Sr. Presidente. Isso é uma barbaridade! Ninguém votou. O PT tinha que votar o requerimento deles, e não votou. Não querem saber o voto deles? O nosso está lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

A Secretaria informará aos Parlamentares acerca da próxima reunião, conforme agenda a ser definida.